

SUMÁRIO

Apresentação	31
Prefácio.....	33

CAPÍTULO I

**“CASO TIM NORDESTE (MAXITEL)”:
PAGAMENTO DE JUROS A RESIDENTE NO JAPÃO E A AFERIÇÃO
DA APLICABILIDADE DA CLÁUSULA DE BENEFICIÁRIO EFETIVO
AO ACORDO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO CELEBRADO
ENTRE BRASIL E JAPÃO, 39**

ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA

ALEXANDRE LUIZ MORAES DO RÊGO MONTEIRO

1. Síntese das operações objeto de autuação e o entendimento adotado pelo Acórdão nº 102-49.480 do então Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda (ora Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).....	41
2. Comentários ao entendimento firmado no “Caso TIM Nordeste” (Maxitel).....	45
2.1. <i>Treaty entitlement</i> : análise das remessas efetuadas e da aplicabilidade do acordo Brasil-Japão à espécie.....	46
2.2. Qualificação jurídica dos rendimentos remetidos ao contribuinte no Japão à luz do acordo. Limitação da alíquota aplicável à espécie por força do Protocolo veiculado na legislação interna pelo Decreto 81.194/78	51
2.3. O combate ao <i>treaty shopping</i> e a cláusula de beneficiário efetivo (<i>beneficial owner</i>). É possível a sua aplicação no acordo Brasil-Japão?.....	54
2.4. O combate ao <i>treaty shopping</i> por meio das cláusulas gerais antielisivas (ou antielusivas): inaplicabilidade do parágrafo único do art. 116 do CTN e inexistência dos pressupostos de dolo, fraude ou simulação no caso concreto.....	62
3. Conclusões e lições do “Caso TIM Nordeste (Maxitel)” para o tema do combate ao <i>treaty shopping</i>	66

CAPÍTULO II

CASO CCF – *SWAP* E OPERAÇÕES COMUTATIVAS, 69

ANDREA NOGUEIRA

FERNANDA JUNQUEIRA CALAZANS

I. Introdução	71
II. Caso CCF.....	72
III. O contrato de <i>swap</i> e suas características.....	74
IV. A comutatividade em operações entre empresas ligadas (controladora e controlada).....	76
V. A operação de <i>swap</i> com objetivo de <i>hedge</i> entre empresas ligadas (controladora e controlada).....	81
VI. Implicações tributárias relativas às perdas incorridas em contratos de <i>swap</i> especulativos realizados por Instituições Financeiras	83
VII. Artificialismo	86
VIII. Conclusão.....	90

CAPÍTULO III

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E EMPRESARIAL NAS IMPORTAÇÕES E O DELITO DA INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTE DE TERCEIROS, 93

ÂNGELA SARTORI

I. Características das três modalidades de importação	95
I.1. Importação por conta e ordem de terceiros	95
I.2. Importação por encomenda.....	96
I.3. Importação por conta própria.....	97
II. O ilícito de interposição fraudulenta de terceiros na importação	99
II.1. Legislação de regência	99
II.2. A pena de perdimento de bens em caso de interposição fraudulenta	100
III. O Princípio da Tipicidade – Existência de pena mais específica em casos de interposição fraudulenta	103

IV. Conclusão	109
V. Bibliografia	110

CAPÍTULO IV

DA LEGALIDADE DA CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES POR PRESTADORES DE SERVIÇOS E A APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA POR MEIO DO LUCRO PRESUMIDO, 111

ATILIO PITARELLI
ZÂNIA M. M. GOUVEIA

1. Introdução	113
2. Aspectos gerais da carga tributária no Brasil e seus reflexos nos custos das empresas.	115
3. Enquadramento fiscal das empresas prestadoras de serviços intelectuais.....	119
4. Da previsão legal para a constituição de Sociedades em Conta de Participação	122
5. A EIRLI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.	125
6. Conclusões	128

CAPÍTULO V

IMPORTAÇÕES FRAUDULENTAS. LIÇÕES DAS OPERAÇÕES. NARCISO E DILÚVIO, 131

BENEDICTO CELSO BENÍCIO JUNIOR
ALESSANDRO BARRETO BORGES

1. Introdução	133
2. Do Histórico Legal.....	134
3. Importação por Encomenda – Condições para Caracterização e Efeitos de sua Desconsideração.	135
3.1. Tratamento Tributário Específico na Importação por Encomenda	138
4. Importação por Conta e Ordem – Enquadramento Jurídico	139

5. A Operação Narciso e Seus Reflexos Criminais e Fiscais	141
5.1. Aspectos Criminais.....	142
5.2. Aspectos Fiscais.....	143
5.2.1. Dos Reflexos para as Comerciais Importadoras Envolvidas.....	146
6. Outros Possíveis Desdobramentos para o Efetivo Importador em Decorrência de Importações Fraudulentas – Operação Narciso..	149
7. Conclusões.....	155

CAPÍTULO VI

ELISÃO TRIBUTÁRIA E A ALÍQUOTA ZERO DE IRRF PREVISTA NO ARTIGO 691, INCISO IX, DO RIR/99, 157

CHARLES WILLIAM McNAUGHTON

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

1. Introdução	159
2. Redução do problema	160
3. Sobre a norma anti-elisiva em matéria tributária.....	162
4. Vício dos atos jurídicos no Código Civil de 1916.....	164
5. Sobre a simulação	165
6. Os negócios jurídicos firmados nas situações-tipo	168
7. Outros possíveis vícios do negócio jurídico.....	169
8. Conclusão	170

CAPÍTULO VII

A QUESTÃO DA PROVA NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, 171

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS

1. Introdução	173
2. Evasão, elisão e Planejamento Tributário Abusivo.....	174
2.1. Substância e forma.....	178
2.2. Propósito negocial, causa e simulação	180
2.3. A requalificação dos atos e negócios jurídicos.....	183
3. A Questão da Prova.....	189

3.1. A prova no Processo Administrativo Fiscal	190
3.2. O objeto da prova no planejamento	197
3.3. A instrução probatória	205
O caso Natura	207
A decisão administrativa.....	208
O caso Vasco da Gama.....	209
A decisão administrativa I (Sétima Câmara do Primeiro Conselhos de Contribuintes).....	209
A decisão administrativa II (Primeira Turma da Câmara Superior)	210
Comentários.....	211
4. Conclusões.....	212
Referências	214

CAPÍTULO VIII

APLICABILIDADE DOS TRATADOS INTERNACIONAIS TRIBUTÁRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNO – CASO VOLVO, 215

DEMES BRITTO

PRISCILLA VERSATTI

1. Introdução	217
1.1. A Problemática do Conflito entre Normas Internas e Tratados ou Convenções Internacionais.....	217
2. Do Direito Internacional.....	219
2.1. Notas sobre o Direito Internacional, Denominação e Definição.....	219
2.2. Direito Tributário Internacional	221
2.3. Tratados e Convenções Internacionais	222
2.4. Interpretação dos Tratados Internacionais	224
2.5. Teorias da Aplicação entre o Direito Internacional e o Direito Interno – Monismo e Dualismo	225
2.6. Interpretacao dos Tratados Internacionais de Matéria Tributária à Luz do Art. 98 do Código Tributário Nacional – CTN	226

3. Tratados Internacionais Tributários no Ordenamento Jurídico Interno e a Superioridade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos sobre as Normas Infraconstitucionais	228
4. Do Entendimento Jurisprudencial em Relação à Aplicabilidade da Norma Internacional no Ordenamento Jurídico Interno.....	231
4.1. Análise do Caso Volvo – Entendimento do Superior Tribunal de Justiça –STJ	231
4.2. Supremo Tribunal Federal – STF	233
5. Conclusão	239

CAPÍTULO IX

CASO MARCOPOLO: *BACK TO BACK* OU INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA?, 241

EDISON CARLOS FERNANDES

Advertência preliminar	243
Descrição da operação realizada pela Marcopolo S.A.....	243
Questionamento das autoridades fiscais	245
Reflexos no âmbito do direito tributário internacional	247
(i) Controle fiscal dos preços de transferência	247
(ii) Tributação do lucro gerado no exterior	248
Limites do planejamento tributário	249

CAPÍTULO X

IRPJ E CSLL: OPERAÇÃO “CASA E SEPARA”: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SIMULAÇÃO, 251

EDMAR OLIVEIRA ANDRADE FILHO

1. Estrutura da Operação “Casa e Separa”	253
2. Questões sobre a Validade	255
3. A Tese do Negócio Jurídico Indireto	256
4. A Tese da Simulação.....	262
5. Reserva de Ágio e Propósito Negocial	267

CAPÍTULO XI

A IMPOSIÇÃO DE MULTA NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, 277

FÁBIO PALLARETTI CALCINI

1. Introdução	279
2. Contextualização e premissas.....	279
2.1. Planejamento tributário e mudança de paradigma.....	279
2.2. Pontos de partida e observação inicial.....	282
3. Sanções Tributárias: as multas aplicáveis no caso de planejamento tributário	282
3.1. Multas previstas em Lei.....	282
3.2. Premissas à imposição de multa.....	285
4. A multa no planejamento tributário	290
4.1. Prévia observação.....	290
4.2. Planejamento tributário pode levar à configuração de crime?	290
4.3. Multa qualificada (150%) se aplica aos casos de planejamento tributário?.....	294
4.4. A jurisprudência do Conselho de Contribuintes ao Conselho Administrativos de Recursos Fiscais (CARF) quanto à multa qualificada	301
4.5. A imposição de multa de 75%	305
4.5.1. Regra geral.....	305
4.5.2. É possível redução? E a exclusão?	306
5. Conclusão	314

CAPÍTULO XII

LEI ROUANET, DEMAIS INCENTIVOS FISCAIS E O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, 315

FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

Introdução	317
Histórico Legislativo	317
Incentivos Fiscais e Planejamento Tributário	320

Benefícios para a Empresa.....	320
Quais São?.....	323
Incentivos Federais	324
Lei nº 8.313/91 – “Lei Rouanet”.....	325
Lei nº 8.685/93 – “Lei do Audiovisual”.....	327
Medida Provisória nº 2.228/01 – “FUNCINES”.....	331
Lei nº 11.438/06 – “Lei de Incentivo ao Esporte”.....	332
Lei nº 8.069/90 – “FUNCAD – Fundo da Criança e do Adolescente”....	334
Incentivo Estadual.....	336
Lei nº 12.268/06 – “PROAC”.....	336
Como usá-los?	338
Qual é o risco em usá-los?.....	339
Conclusão.....	342

CAPÍTULO XIII

O FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO E OS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS, FINANCEIROS E FISCAIS/FINANCEIROS NO ICMS IMPORTAÇÃO, 343

GERMAN ALEJANDRO SAN MARTÍN FERNÁNDEZ

Introdução.....	345
1. O Regime Jurídico da Concessão de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros em Matéria de ICMS.....	348
1.a. O cenário atual do federalismo predatório no ICMS importação	352
2. O ICMS importação. Breves considerações.....	356
3. Análise <i>in concreto</i> dos efeitos decorrentes da concessão de incentivos e benefícios sem a autorização do CONFAZ no ICMS importação	361
3. a. ADI 4.494 (rel. Ministro Celso de Mello). Incentivo concedido pelo Estado de Santa Catarina e o “diferimento” na operação de importação.....	361
3.b. Distorções na repartição constitucional de receitas tributárias aos municípios, prevista no artigo 158, IV da CR/88 (RE 572762/SC).....	363

4. A Resolução nº 13/2012 e a tentativa de por fim à “Guerra dos Portos”	365
5. Conclusões.....	366
Bibliografia	368

CAPÍTULO XIV

CRÉDITO DE INSUMOS – PIS E COFINS NÃO CUMULATIVOS – JURISPRUDÊNCIA DO CARF E JUDICIAL, 371

GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

CAIO CÉSAR MEIRELLES CASIRAGHI

CAPÍTULO XV

CASO ESTALEIRO KIWİ BOATS LTDA. – DESMEMBRAMENTO DE ATIVIDADES ENTRE SOCIEDADES E A EXCLUSÃO DELAS DO SIMPLES FEDERAL, 405

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

1. Histórico da tributação diferenciada das micro e pequenas empresas no Brasil.....	407
2. O caso Estaleiro Kiwi Boats Ltda. e as atividades vedadas à opção aos sistemas tributários diferenciados das micro e pequenas empresas.....	411
As atividades e situações vedadas à opção nos sistemas tributários diferenciados das micro e pequenas empresas.....	411
Caso Estaleiro Kiwi Boats Ltda.	415
3. Conclusões.....	418

CAPÍTULO XVI

ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE RECURSOS REMETIDOS AO EXTERIOR – CASO LIGHT, 421

GONÇALO BONET ALLAGE

CAPÍTULO XVII

TRIBUTAÇÃO DA OPERAÇÃO “INVESTIMENTOS NO JAPÃO”, 437

IGOR NASCIMENTO DE SOUZA

ANA PAULA MEDEIROS COSTA

CAPÍTULO XVIII

EFEITOS DA CONSULTA INEFICAZ À LUZ DO CTN, 449

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

CAPÍTULO XIX

A *OPÇÃO LEGAL* DE REAValiaÇÃO PATRIMONIAL TRAZIDA PELO ARTIGO 36, DA LEI Nº 10.637/2002 E O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, 459

JOÃO CARLOS CASSULI JR

I. Introdução	461
II. O art. 36, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.....	461
III. Contextualização do problema	463
IV. Natureza jurídica do art. 36, da Lei nº 10.637/2002.....	466
V. Efeitos da implementação e requisitos de validade da <i>Opção</i> <i>Legal</i> veiculada pelo art. 36, da Lei nº 10.637/2002	474
VI. Conclusões	481

CAPÍTULO XX

UTILIZAÇÃO DE EMPRESAS-VEÍCULO COMO FORMA DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. UM ESTUDO DOS LIMITES DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO A PARTIR DE DOIS CASOS CONCRETOS JULGADOS PELO CARF, 483

JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

1. Introdução	485
---------------------	-----

2. O Planejamento Tributário – objeto do estudo	485
3. Um caso de distribuição de lucros de empresa no exterior a sócios domiciliados no Brasil por meio de empresas-veículo	489
3.1. Apresentação geral.....	489
3.2. O Caso “A” – acórdão nº 104-20.749, de 15 de junho de 2005.....	491
3.3. O Caso “B” – Acórdão nº 104-21.729, de 26 de julho de 2006	492
3.4. Do lançamento (comum aos dois contribuintes)	493
3.5. O Caso “A” – Acórdão nº. 104-20.749, de 15 de junho de 2005	494
3.6. O Caso “B” – Acórdão nº 104-21.729, de 26 de julho de 2006 .	496
3.7. O Caso “B” julgado pela CSRF – Acórdão nº 902.01.194, de 19/10/2010.....	500
4. Análise dos acórdãos	502
5. Justificativas para novas compreensões do fenômeno antigo	506
6. Análise da Jurisprudência do CARF sobre planejamento tributário..	509
7. Conclusão	516
8. Referências.....	518

CAPÍTULO XXI

TRIBUTAÇÃO DO LUCRO AUFERIDO NO EXTERIOR POR EMPRESA BRASILEIRA: QUESTÕES CONTROVERTIDAS, 521

KAREM JUREIDINI DIAS

ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

1. Introdução: Histórico Legislativo da Tributação do Lucro no Exterior	523
2. A Discussão sobre a Constitucionalidade da Tributação dos Lucros no Exterior	526
3. Temas Correlatos Tratados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”).....	528
4. A Tributação dos Lucros no Exterior até 2002: A Polêmica Acerca do Emprego no Valor	535
5. A Tributação dos Lucros Auferidos no Exterior e a Aplicação dos Tratados Internacionais	540
Referências	551

CAPÍTULO XXII

APLICAÇÃO DAS REGRAS DE *TRANSFER PRICING* E A TRIBUTAÇÃO DE LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR, 553

MARCO ANTÔNIO CHAZAINE PEREIRA

1. Breve Introdução	555
2. O Controle dos Preços de Transferência na Legislação Brasileira	555
Importação	557
Exportação	559
Empréstimos	560
3. A Tributação Automática de Lucros Auferidos no Exterior por Sociedades Controladas e Coligadas de Empresas Brasileiras.....	561
4. A Aplicação Concomitante das Regras Brasileiras de Tributação de Lucros Auferidos no Exterior em Sociedades com as quais a Controladora ou Coligada Brasileira Pratique Operações Sujeitas ao Controle dos Preços de Transferência.....	563
5. Conclusões.....	572

CAPÍTULO XXIII

EXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA NAS REMESSAS AO EXTERIOR A TÍTULO DE ARRENDAMENTO/AFRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES UTILIZADAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, 573

MARCOS ANDRÉ VINHAS CATÃO

I. O Contencioso	575
II. Colocação da Temática Subjacente.....	576
III. O Caso. As Razões de Decidir	577
III.1. O conceito jurídico e técnico de embarcação. O aspecto gramatical.....	577
III.2. Crítica à abordagem merceológica baseada somente na classificação aduaneira	581
IV. A Abordagem Plural. A <i>Ratio Legis</i> . O Direito Internacional.....	583
V. Conclusão.....	586

CAPÍTULO XXIV

DEDUTIBILIDADE DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO RELATIVOS A ANOS ANTERIORES – O CASO CSN, 589

MARCOS VINICIUS NEDER

1. Introdução	591
2. Breve histórico sobre a instituição dos Juros sobre o Capital Próprio	591
3. Da análise do caso concreto – Acórdão nº 101-96.751 – Caso CSN....	593
1º argumento. <i>A possibilidade de pagamento e dedução dos JCP com base nas contas de Patrimônio líquido de períodos anteriores</i>	595
2º argumento. <i>Do Regime de competência para registro da despesa de JCP</i>	598
4. A Jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) no mesmo sentido do caso CSN	601
5. Comentários sobre a natureza jurídica dos juros sobre capital próprio como benefício fiscal e os limites a sua utilização	603
6. Conclusão	610

CAPÍTULO XXV

PER/DCOMP – REFLEXOS DA INDEFINIÇÃO DO TERMO “INSUMO” NAS CONTRIBUIÇÕES NÃO CUMULATIVAS, NOS PEDIDOS DE RESSARCIMENTO E COMPENSAÇÃO, 613

MAURICIO TAVEIRA E SILVA

I. Introdução	615
II. Indefinição do termo “insumo”	615
III. Pertinência de glosa do crédito não reconhecido <i>versus</i> necessidade de lançamento de ofício	627
IV. PER/Dcomp – multas aplicadas ao crédito não reconhecido.....	632
V. Conclusão.....	633

CAPÍTULO XXVI

INCORPORAÇÃO DE AÇÕES E REGIME TRIBUTÁRIO, 637

JOSÉ ANTONIO MINATEL

1. O Caso Prático	639
2. Liberdade Contratual e Diferenças entre “Incorporação de Ações” e “Incorporação de Sociedade”	640
3. Não Há Alienação e Sim Substituição das Ações nos Diferentes Procedimentos: “Incorporação de Sociedades” e “Incorporação de Ações”	645
4. Imposto sobre a Renda e Pressupostos da Incidência	648
4.1. Conceito de Renda: Notas Determinantes Extraídas do CTN	649
4.2. Tributação da Nova Riqueza das Pessoas Físicas é pelo Regime de Caixa	652
5. “Incorporação de Ações” Equipara-Se à Operação de “Permuta” para Efeito Tributário	653
6. Conclusão	659

CAPÍTULO XXVII

A QUESTÃO DA INTERPOSIÇÃO DE PESSOAS NAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO ABSOLUTA EM FAVOR DO FISCO. O CASO MOBILITÁ – CASA & VÍDEO, 661

MÔNICA LIMA

I. Introdução	663
II. O Devido Processo Legal Tributário-Aduaneiro	664
III. As Modalidades de Importação	668
IV. Os Limites à Definição de Conceitos Jurídicos e de Fatos Geradores	669
V. Tratamento Legal dado à Interposição de Pessoas no Comércio Exterior	673
VI. A Presunção de Fraude	676
VII. A Interposição Fraudulenta e a Apuração do Prejuízo ao Erário	680

VIII. O Caso Mobilitá	682
IX. A Posição dos Colegiados Administrativos Acerca da Interposição ...	683
X. Conclusão	685

CAPÍTULO XXVIII

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL E A NORMA ANTIELISÃO, 687

NELSON MALLMANN

Introdução	689
1. Planejamento Tributário	689
1.1. Planejamento Tributário Nacional – Conceito	689
1.2. Planejamento Tributário Internacional – Conceito	691
2. Distinções Conceituais na Área do Planejamento Tributário	692
2.1. Evasão Fiscal	692
2.2. Sonegação Fiscal.....	694
2.3. Elisão Fiscal.....	698
2.4. Diferenças entre a Elisão e a Evasão Fiscal	699
2.5. Elusão	701
2.6. Paraísos Fiscais	702
2.7. Simulação	705
2.8. Abuso de Direito e Abuso de Formas.....	707
2.9. Dolo.....	708
2.10. Fraude à Lei.....	709
2.11. Negócio Indireto.....	711
2.12. Teoria da Interpretação Econômica.....	712
2.13. Preço de Transferência.....	713
2.14. Empresas Off Shore	714
2.14.1. Sociedades Condutoras.....	715
2.14.2. Sociedades Bases.....	715
2.15. Lavagem de Dinheiro	716
3. Planejamento Tributário Internacional.....	717
3.1. Elisão e Evasão Fiscal no Direito Internacional	717
3.1.1. Formas de Elisão Fiscal Internacional	719

3.1.1.1. Elisão Fiscal Internacional Subjetiva	719
3.1.1.2. Elisão Fiscal Internacional Objetiva	720
3.2. Países com Tributação Favorecida.....	720
3.2.1. Países com Regime Societário Favorecido	721
3.2.2. Países com Regimes Bancários e Financeiros Favorecidos....	722
3.2.3. Países com Regime Penal Favorecido	722
3.3 A Elisão tributária no direito comparado	723
3.3.1. Alemanha	723
3.3.2. Argentina.....	724
3.3.3. Espanha.....	726
3.3.4. Estados Unidos.....	727
3.3.5. França	728
3.3.6. Reino Unido	730
3.3.7. Itália.....	731
3.3.8. Portugal	732
4 Planejamento Tributário no Brasil.....	733
4.1. A Norma Antielisão e a Lei Complementar nº 104	733
4.2. A Medida Provisória nº 66 e seus Procedimentos	734
4.3. Medidas Antielisivas utilizadas pela Administração Tributária no Brasil	737
Conclusão.....	740
Referências	741

CAPÍTULO XXIX

DEBÊNTURES COM PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS, 743

ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO

1. Introdução	745
2. Panorama De Um Caso Concreto	746
3. Base Legal Adotada.....	748
4. Legitimidade das Debêntures	752
5. Dos Recursos Financeiros.....	756
6. A Remuneração das Debêntures.....	759
7. Conclusão	765
Referência bibliográfica	766

CAPÍTULO XXX

INCORPORAÇÃO ÀS AVESSAS OU INCORPORAÇÃO REVERSA, 767

PEDRO ANAN JR.

I. Introdução.....	769
II. Aspectos Societários	769
III. Aspectos Fiscais	771
III.a. Encerramento de Período-Base.....	771
III.b. Declaração de Informações Econômicas Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ – e Pagamento de Tributos	771
III.c. Incorporação ou Cisão de Investimento com Ágio/Deságio ...	772
III.d. Limitação a Compensação aos Prejuízos Fiscais e Bases Negativas da CSLL.....	773
III.e. Direito à Compensação de Prejuízos Fiscais / Bases Negativas da CSLL.....	775
III.f. Incorporação de Empresa Superavitária por Empresa Deficitária.....	776
IV. Análise De Casos Julgados Pelo CARF	776
IV.1. Acórdão CSRF 01-05.413.....	776
IV.2. Acórdão CSRF 01-02.107.....	787
V. Conclusão.....	797

CAPÍTULO XXXI

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS E INCORPORAÇÃO, 799

RAFAEL CORREIA FUSO

I. Introdução.....	801
II. Histórico Legislativo da Compensação do Prejuízo Fiscal	801
III. Da Jurisprudência sobre a Matéria	803
IV. Fundamentos para a Afastabilidade da Limitação dos 30% na Incorporação.....	807
V. Conclusões	812

CAPÍTULO XXXII

REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E ALIENAÇÃO DE BENS PELA PESSOA FÍSICA, 813

RAFAEL PANDOLFO

CAMILO DE OLIVEIRA LEIPNITZ

1. Introdução	815
1.1. Planejamento tributário: noções elementares e fundamentos constitucionais	815
2. Análise do Caso	816
2.1. Partes Envolvidas.....	817
2.2. O Procedimento de Transferência das Ações sem a Apuração do Ganho de Capital.....	817
2.2.1. 1º Passo – Integralização do Dinheiro e das Ações em duas empresas.....	818
2.2.2. 2º Passo – A Holding Compradora investe na Celeiro S.A. e na Holding Vendedora.....	818
2.2.2.1. Operação de transferência utilizando a Celeiro S.A.	818
2.2.2.2. Operação de transferência utilizando a Holding Vendedora	820
2.3. Como os Vendedores receberam o dinheiro pela operação descrita acima?.....	822
2.3.1. Criação de Lucro na Holding Vendedora por Equivalência Patrimonial	822
2.3.2. Redução do Capital da Holding Vendedora	823
2.4. O que restou definido no Processo Administrativo	825
2.5. Avaliação crítica do planejamento e da posição da fiscalização	826

CAPÍTULO XXXIII

LUCRO REAL OBRIGATÓRIO VERSUS LUCRO PRESUMIDO ATRAVÉS DE INTERPOSTA PESSOA – RISCOS DA VISÃO SIMPLISTA, 831

RAUL IBERE MALAGO

Introdução	833
------------------	-----

Dos Fatos	834
Da Glosa de despesas com a prestação de serviços contratados	835
Dos vínculos entre as empresas.....	838
Da remuneração pelos serviços contratados.....	839
Da não comprovação de parte dos pagamentos supostamente efetuados.....	840
Dos supostos ingressos para aumento de capital social	841
Do fictício fluxo financeiro entre as empresas	842
Da vedação de dedução de despesas desnecessárias	843
Da presença de intuito de fraude.	845
Os suprimentos de caixa não comprovados.....	847
Do expurgo dos lançamentos de suprimento de caixa.....	849
Da omissão de receitas.....	849
Da presença do evidente intuito de fraude.....	850
Da compensação do saldo de prejuízos da contribuinte.....	850
A Impugnação ao Auto de Infração	851
A Decisão do Conselho de Contribuintes	863
Conclusão.....	868

CAPÍTULO XXXIV

DA OPÇÃO PELO LUCRO PRESUMIDO DE EMPRESAS INTEGRANTES DE GRUPO EMPRESARIAL, 869

RENÉ BERGMANN ÁVILA

CAPÍTULO XXXV

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DA REMESSA DE JUROS AO EXTERIOR FINANCIAMENTO DE EXPORTAÇÕES – CASO COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ, 887

ROBERTO FRANÇA DE VASCONCELLOS

1. Introdução	889
1.1. Aspectos Fáticos	889
1.2. Fundamentos do Auto de Infração	890

1.3. Impugnação e Recurso na Esfera Administrativa	892
1.4. Fundamentos da Decisão Proferida pela Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes	893
2. Financiamento às Exportações	894
3. Juros e Contratos de Financiamento	895
3.1. Critério de Comparabilidade dos Juros	905
3.2. Juros na Legislação Brasileira	906

CAPÍTULO XXXVI

CASO COLGATE – CRITÉRIOS DETERMINANTES DA DEDUTIBILIDADE DAS DESPESAS, 917

RODRIGO MAITO DA SILVEIRA

THIAGO FERREIRA CATUNDA

1. Introdução	919
2. Breve relato do caso	919
3. O exame do caso concreto	922
3.1. Motivação do julgamento da Primeira Câmara do Primeiro Conselho e da Primeira Turma da CSRF	922
3.2. Critério para classificação da “despesa necessária” e crítica ao entendimento da CSRF	923
4. Outros precedentes administrativos sobre despesa dedutível: a confirmação da crítica ao acórdão da CSRF proferido no “caso Colgate”	928
5. Regras atuais de subcapitalização	934
6. Conclusão	938

CAPÍTULO XXXVII

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS (“PLR”) E AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: CONTROVÉRSIAS ENTRE O FISCO E OS CONTRIBUINTES, 939

RUBEM PERLINGEIRO

PATRÍCIA SATURNINO BRAGA KASIAZ

Introdução	941
6. Da Participação do Sindicato na Negociação da PLR.....	941
7. Da Estipulação de Regras Claras e Objetivas	942
8. Da Periodicidade	953
9. Do Pagamento de PLR a apenas Parte dos Empregados da Empresa	959
10. Da Disparidade entre o Valor da PLR e o Valor do Salário do Respectivo Beneficiário	960
11. Conclusão	962

CAPÍTULO XXXVIII

PLANEJAMENTO FISCAL

GANHO DE CAPITAL-RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

CASO MODELO, 963

SANDRA FARONI

Introdução	965
1.1. Delimitação da abordagem	966
2. Desenvolvimento	967
2.1. O “Caso Modelo”.....	967
2.2. O controle pela administração	968
2.3. O enfrentamento do caso pela fiscalização e pelo Conselho de Contribuintes/CARF	968
O entendimento fiscal	968
2.4. Nosso entendimento sobre o caso.....	976
A aplicação da norma ao fato	981
3. Síntese Conclusiva.....	982

CAPÍTULO XXXIX

A “GUERRA FISCAL.COM”, 985

JOSÉ EDUARDO TELLINI TOLEDO

1. Introdução	987
2. Uma breve análise jurídica sobre os incentivos fiscais	987
3. A “guerra fiscal”.com.....	989
4. Manifestações do Poder Judiciário.....	995
5. Proposta de Emenda Constitucional	1003
PEC nº 56, de 2011 – autoria: Senador Luiz Henrique da Silveira.....	1003
PEC nº 103, de 2011 – autoria: Senador Delcídio Amaral	1004
PEC nº 113, de 2011 – autoria: Senador Lobão Filho.....	1004
6. Conclusão	1007
7. Bibliografia	1007

CAPÍTULO XL

CASO SOJA-PAPEL – CRÉDITOS DE ICMS, 1009

VANESSA PEREIRA RODRIGUES DOMENE

TATIANA H. RUSU M. CAMPANHA

1. Introdução	1011
2. Descrição do Caso	1011
3. Da Simulação	1018
4. Das Disposições Constantes do CTN Quanto à “Responsabilidade por Infrações” e sua Aplicação ao Caso Concreto.....	1024
5. Conclusões.....	1033
6. Referências Bibliográficas	1033

CAPÍTULO XLI

CONSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO FORA DO MUNICÍPIO – GRANDES CAPITALS – REDUÇÃO DO ISS, 1035

EDUARDO DE MORAES SABBAG

ALESSANDRO SPILBORGHES

Primeiras considerações acerca do ISS	1037
Funções da lei complementar para o ISS	1038

Aspecto Espacial do ISS e Princípio da Territorialidade	1041
Jurisprudência anterior e posterior à LC nº 116/03.....	1045
O confronto entre o ISS paulistano e aquele pretendido pelas Municipalidades do entorno.....	1049
A guerra fiscal do ISS e a polêmica local da prestação <i>versus</i> o estabelecimento prestador.....	1052
Conclusões	1055
Referências bibliográficas	1058

CAPÍTULO XLII

A CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL NO QUESTIONAMENTO DA DEDUTIBILIDADE DAS DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS, 1059

GUSTAVO LIAN HADDAD

IZABELA CESARINO VECCHI

1. Introdução	1061
2. Regime jurídico do ágio no ordenamento tributário brasileiro	1062
3. Termo inicial para contagem do prazo decadencial para questionamento do ágio e sua amortização para fins fiscais.....	1066
Regime jurídico da decadência em matéria tributária	1066
Termo inicial para a contagem do prazo decadencial para o questionamento fiscal do registro e dedução do ágio.....	1069
4. Conclusões.....	1075

CAPÍTULO XLIII

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS GERAIS DOS JULGAMENTOS, NO CARF, DE LANÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS ENVOLVENDO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, 1077

SUSY GOMES HOFFMANN

Plano da existência	1086
Plano da validade.....	1087

Plano da eficácia	1087
Referências bibliográficas	1090

CAPÍTULO XLIV

ESTUDOS DE CASOS: *DASA – DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA: NÃO TRIBUTAÇÃO DAS ATIVIDADES-MEIO, 1091*

CLÁUDIO AUGUSTO GONÇALVES PEREIRA

1. Introdução	1093
2. Entendendo o caso	1094
3. Atividade-meio e Atividade-fim.....	1095
4. Posição da Municipalidade de São Paulo sobre o tema.....	1100
5. Nossa posição sobre o tema	1104
Bibliografia	1104
Sites consultados.....	1105

CAPÍTULO XLV

RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL Nº 13/2012 – CONSIDERAÇÕES DE CUNHO CONSTITUCIONAL, 1107

EDUARDO JACOBSON NETO

I. Introdução.....	1109
II. Dos Limites à Inserção, via Rsf, de Alíquota do ICMS Incidente sobre Operações Interestaduais com Bens.....	1115
III. Interpretando o Artigo 155, §2º, Inciso VI, da CF/1988.....	1116
IV. Da Impossibilidade da Rsf 13/2012 Restringir a Autonomia dos Estados Concederem Benefícios e Incentivos Fiscais	1117
V. Da Violação ao Artigo 152 da Constituição Federal de 1988	1119
VI. Da Finalidade Constitucionalmente Estabelecida para as Resoluções Senatoriais Editadas com Fundamento no Artigo 155, §2º, IV, da CF/1988	1121
VII. Da Violação ao Princípio da Seletividade do ICMS X Concessão de Benefícios Fiscais.....	1130

VIII. Da Inconstitucionalidade da Delegação Legislativa Perpetrada pela Rsf 13/2012 ao Confaz e à Camex.....	1136
IX. Da Violação ao Princípio da Igualdade	1141
X. Da Violação ao Princípio da Proporcionalidade.....	1148
XI. Conclusões	1157